



>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Reservas de:							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ativos próprios	Ativos de investida	Legal	Outras	Dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.000	7.710	2.223	20.000	20.359	48.430	9.911	-	208.633
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	231	231
Dividendos deliberados p/ AGO de 30/03/2017	-	-	-	-	-	(48.430)	-	-	(48.430)
Ajustes de provisões	-	1.832	-	-	-	-	-	-	1.832
Realização (líquida de tributos)	-	(201)	(10)	-	-	-	-	211	-
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	7.681	-	7.681
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	(810)	-	(810)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - investidas	-	-	-	-	-	-	440	-	440
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	-	-	-	-	-	907	-	907
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	20.205	20.205
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo (nota 12f)	-	-	-	-	-	-	-	(5.162)	(5.162)
Dividendo adicional proposto (nota 12f)	-	-	-	-	-	15.485	-	(15.485)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100.000	9.341	2.213	20.000	20.359	15.485	18.129	-	185.527
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	293	293
Dividendos deliberados p/ AGO de 29/03/2018	-	-	-	-	-	(15.485)	-	-	(15.485)
Realização (líquida de tributos)	-	(256)	(7)	-	-	-	-	263	-
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(3.056)	-	(3.056)
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	963	-	963
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - investidas	-	-	-	-	-	-	650	-	650
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	-	-	-	-	-	1.485	-	1.485
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	14.042	14.042
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo (nota 12f)	-	-	-	-	-	-	-	(3.650)	(3.650)
Dividendo adicional proposto (nota 12f)	-	-	-	-	-	10.948	-	(10.948)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.000	9.085	2.206	20.000	20.359	10.948	18.171	-	180.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	14.042	20.205	14.042	20.205
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	660	676	715	685
Ganho na alienação de investimento	-	(4)	-	(4)
Resultado de equivalência patrimonial	(21.714)	(43.014)	(21.013)	(43.234)
Varição das contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	6.551	23.871	4.516	22.492
Créditos das operações de seguros e resseguros	560	1.648	616	904
Ativos de resseguros	5.616	2.025	5.723	1.929
Créditos fiscais e previdenciários	(830)	(830)	(830)	(1.100)
Depósitos judiciais e fiscais	2.663	673	2.663	673
Despesas antecipadas	148	(152)	148	(152)
Outros ativos	(284)	130	(527)	242
Impostos e contribuições	50	652	(18)	805
Outras contas a pagar	(296)	492	(295)	491
Débitos de operações com seguros e resseguros	(1.374)	159	(1.189)	467
Depósitos de terceiros	41	(5)	41	(5)
Provisões técnicas - seguros	(7.666)	3.329	(7.674)	3.444
Provisões judiciais	2.230	741	2.230	741
Outros passivos	(117)	(165)	(117)	(165)
Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações	280	10.431	(1.067)	8.418
Despesas com juros	1.839	2.710	1.839	2.710
Receitas com juros	(2.329)	(3.787)	(2.329)	(3.787)
Ajustes oscilação cambial	-	-	1.754	1.557
Dividendos recebidos	17.445	56.889	17.445	56.889
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	17.235	66.243	17.642	65.787
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado	(405)	(310)	(405)	(310)
Aquisição de investimentos	(35)	(229)	(35)	(229)
Intangível	(440)	(539)	(458)	(539)
Alienação de investimentos	-	11	-	11
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(440)	(528)	(458)	(528)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos	(20.414)	(61.600)	(20.414)	(61.600)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(20.414)	(61.600)	(20.414)	(61.600)
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.619)	4.115	(3.230)	3.659
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4.429	314	5.246	1.587
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	810	4.429	2.016	5.246
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.619)	4.115	(3.230)	3.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto a quantidade de ações)

1 Contexto Operacional

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (Companhia), constituída em 1870, tem por objetivo social as operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, estando atualmente operando com os ramos de acidentes pessoais coletivo e vida em grupo, participando inclusive do Consórcio DPVAT.

A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com sucursais em São Paulo e Rio de Janeiro, bem como através de uma subsidiária integral no Uruguai denominada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A..

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras individuais estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Entidades Abertas de Previdência Complementar, Sociedades de Capitalização, Sociedades Seguradoras e Resseguradores Locais.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não haver diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o da controladora, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A moeda funcional e de apresentação é o real (R\$), sendo os valores das demonstrações financeiras individuais e consolidadas expressas em milhares de reais.

3 Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os seguintes principais aspectos:

• **Prêmios e comissões**

Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices, deduzidos dos cancelamentos, restituições, resseguros (no Uruguai) e informações do Consórcio DPVAT e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, atualizados monetariamente, quando aplicável.

• **Retrocessões**

O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações, provisões técnicas, outras receitas/despesas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo (não circulante)

I - Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração (nota explicativa nº 4)

• Títulos para negociação (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado.

• Títulos mantidos até o vencimento (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos para os quais existem intenção e capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos ganhos auferidos, os quais são creditados no resultado.

• Títulos disponíveis para venda (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos que não se enquadram nas outras categorias. São ajustados ao valor de mercado, computando-se as valorizações ou desvalorizações em contrapartida à conta "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, com seu respectivo efeito tributário. Quando da alienação dos títulos procede-se à baixa dos ganhos ou perdas para o resultado.

Continua >>>



>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto a quantidade de ações)

7 Depósitos Judiciais e Fiscais (Controladora)

A Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, entende ser indevida a cobrança de determinados tributos. Desse modo, a Companhia ajuizou ações judiciais através das quais discute a cobrança da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, tendo efetuado depósitos judiciais com o intuito de provocar a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em litígio. Adicionalmente, a Companhia vem depositando judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto a sinistros reclamados e questões trabalhistas e fiscais, dentre outras. Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais - Sinistros	3.157	5.852
Depósitos judiciais - IRB e congêneres	2.040	3.051
PIS	15.918	13.531
COFINS	54.153	52.309
Taxa de Ocupação - União	161	1.010
Trabalhistas	74	74
CSLL - 2011	139	133
Outros depósitos	56	156
Total	75.700	76.116

Os passivos tributários correspondentes aos valores depositados judicialmente, acima especificados, devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente, pelo valor do litígio, sob a rubrica "provisões judiciais" (passivo não circulante), quando aplicável, conforme resumido na nota explicativa nº 11. Para os depósitos judiciais relacionados com processos de sinistros, há passivo equivalente sob a rubrica "provisões técnicas" no passivo não circulante.

8 Investimentos (Controladora)

A composição dos investimentos está representada por:

	31/12/2018	31/12/2017
Participações societárias e outros investimentos	106.404	99.916
Propriedades para investimento	20.774	21.095
Total	127.178	121.011

A seguir estão demonstradas a composição e movimentação dos grupos de investimentos.

I - Participações societárias e outros investimentos

	% de Participação		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CONTROLADA												
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. - 16.000.000 ações ON em 2018 e 2017	100,0	100,0	8.015	7.132	14.106	11.921	700	(220)	14.106	11.921	700	(220)
COLIGADA												
Brasilcap Capitalização S.A. - 51.292.002 ações ON em 2018 e em 2017 - (A)	15,8	15,8	231.264	231.264	381.121	355.417	119.554	248.709	60.335	56.266	18.927	39.373
INVESTIDA SOB CONTROLE COMUM												
Companhia de Participações Aliança da Bahia - 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2018 e 2017 - (B)	5,9	5,9	410.359	410.359	523.160	519.253	35.611	37.147	31.202	30.969	2.087	3.861
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS									825	824		
Outras participações									825	824		
Redução ao valor recuperável									(146)	(146)		
OUTROS INVESTIMENTOS									106.468	99.980		
Incentivos fiscais									128	128		
Redução ao valor recuperável									(46)	(46)		
Total									106.404	99.916	21.714	43.014

(A) A participação da Companhia sobre o capital votante é de 23,75% e de 15,83% do capital total. Em 22 de fevereiro de 2018, a coligada creditou dividendo complementar no valor de R\$ 7.199. Em 02 de agosto de 2018 foi aprovada a distribuição de dividendo por conta do lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2018, cabendo a esta Companhia o valor de R\$ 4.343, bem como pagou juros sobre o capital de R\$ 3.315, em dezembro deste ano. Em 15 de fevereiro de 2019, a coligada creditou dividendo complementar no valor de R\$ 1.805.

(B) Em cumprimento à nova redação do artigo 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, esse investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial por estar sob controle comum. Nossa participação no dividendo mínimo de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 564.

II - Propriedades para investimento

	Valor de aquisição/ reavaliação	Redução ao valor recuperável	Depreciação	31/12/2018 Valor líquido	31/12/2017 Valor líquido	Taxas anuais de depreciação
Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio						
Terrenos	13.936	(202)	-	13.734	13.734	-
Edificações e benfeitorias	11.070	(12)	(4.018)	7.040	7.361	(C)
Total	25.006	(214)	(4.018)	20.774	21.095	

(C) A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota 3c). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía imóveis com valor líquido de R\$ 2.367 (R\$ 2.561, em 31/12/2017) oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos.

III - Movimentação dos Investimentos (Controladora)

	Saldos em 31/12/2016	Adição	Depreciação	Baixa	Juros s/ Capital e dividendo	Ajuste avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Conversão acumulada	Saldos em 31/12/2017
Participações Societárias CONTROLADA									
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.	11.234	-	-	-	-	-	(220)	907	11.921
COLIGADA / INVESTIDA SOB CONTROLE COMUM									
Brasilcap Capitalização S.A.	71.412	-	-	-	(54.519)	-	39.373	-	56.266
Companhia de Participações Aliança da Bahia	29.096	-	-	-	(2.428)	440	3.861	-	30.969
OUTROS INVESTIMENTOS									
Outras participações	824	7	-	(7)	-	-	-	-	824
(-) Redução ao valor recuperável	(146)	-	-	-	-	-	-	-	(146)
Ações de incentivos fiscais	128	-	-	-	-	-	-	-	128
(-) Redução ao valor recuperável	(47)	1	-	-	-	-	-	-	(46)
Propriedades para investimento									
Custo de aquisição/reavaliação	24.751	222	-	-	-	-	-	-	24.973
(-) Depreciação	(3.318)	-	(346)	-	-	-	-	-	(3.664)
(-) Redução ao valor recuperável	(214)	-	-	-	-	-	-	-	(214)
TOTAL	133.720	230	(346)	(7)	(56.947)	440	43.014	907	121.011
Participações Societárias CONTROLADA									
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.	11.921	-	-	-	-	-	700	1.485	14.106
COLIGADA / INVESTIDA SOB CONTROLE COMUM									
Brasilcap Capitalização S.A.	56.266	-	-	-	(14.858)	-	18.927	-	60.335
Companhia de Participações Aliança da Bahia	30.969	-	-	-	(2.504)	650	2.087	-	31.202
OUTROS INVESTIMENTOS									
Outras participações	824	1	-	-	-	-	-	-	825
(-) Redução ao valor recuperável	(146)	-	-	-	-	-	-	-	(146)
Ações de incentivos fiscais	128	-	-	-	-	-	-	-	128
(-) Redução ao valor recuperável	(46)	-	-	-	-	-	-	-	(46)
Propriedades para investimento									
Custo de aquisição/reavaliação	24.973	33	-	-	-	-	-	-	25.006
(-) Depreciação	(3.664)	-	(354)	-	-	-	-	-	(4.018)
(-) Redução ao valor recuperável	(214)	-	-	-	-	-	-	-	(214)
TOTAL	121.011	34	(354)	-	(17.362)	650	21.714	1.485	127.178

IV - Resumo das características dos imóveis classificados como propriedades para investimento

A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017, permanecendo outros imóveis em garantia de processos relacionados com sinistros e tributos.

a) Unidades imobiliárias

O quadro abaixo demonstra a composição atual das unidades imobiliárias (classificação e quantidade).

Muitos imóveis são das décadas compreendidas entre 1930 e 1960 e outros de maior potencialidade econômica foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970.

Descrição	Locadas	Disponíveis p/ Locação ou Venda	Total
Terrenos	1	14	15
Prédios residencial	1	-	1
Prédios comerciais	7	3	10
Apartamentos	3	2	5
Salas	33	29	62
Lojas	6	6	12
Casas	6	3	9
Conjuntos comerciais	11	6	17
Total	68	63	131

>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto a quantidade de ações)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado patrimonial				
Receitas patrimoniais				
Receitas com imóveis de renda	1.897	1.418	1.897	1.418
Resultado de equivalência patrimonial	21.714	43.014	21.013	43.234
Juros s/ capital próprio - coligada	3.315	4.760	3.315	4.760
Outros investimentos	214	75	214	82
Subtotal	27.140	49.267	26.439	49.494
Despesas patrimoniais				
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(3.359)	(3.343)	(3.359)	(3.343)
Subtotal	(3.359)	(3.343)	(3.359)	(3.343)
Total do resultado patrimonial	23.781	45.924	23.080	46.151

22 Partes Relacionadas

No período de janeiro a dezembro de 2018, a Companhia efetuou crédito a favor da ADRECOR - Administração, Representações e Corretagens Ltda., a título de comissões sobre cobrança de aluguéis dos imóveis de propriedade da Companhia, no valor de R\$ 177 (R\$ 129, no mesmo período de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 16 (R\$ 14, em 31/12/2017).

No período de janeiro a dezembro de 2018, a Companhia efetuou pagamento de aluguel do imóvel da Sucursal do Rio de Janeiro à Companhia de Participações Aliança da Bahia no montante de R\$ 588 (R\$ 582, no mesmo período de 2017), bem como cobrou da mesma o montante de R\$ 92 (R\$ 94, no mesmo período de 2017) referente a aluguel onde funciona a sua sede. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 8 (R\$ 8, em 31/12/2017).

Não existem outras transações relevantes com partes relacionadas.

23 Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	180.769	185.527
Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(106.322)	(99.834)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(51)	(54)
Ativos Intangíveis	(8)	(14)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	74.388	85.625

O Patrimônio líquido ajustado da controlada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. é de R\$ 13.973 (R\$ 11.855, em 31/12/2017), segundo a legislação do Uruguai.

24 Capital Mínimo Requerido

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, dispõe sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas:

(a) O Capital base: montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução.

(b) O Capital de risco: (CR) montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.

• O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, contribuições e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição.

• O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras.

A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito.

• O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional.

• O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado.

(c) Capital mínimo requerido (CMR): capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

(d) Liquidez em relação ao CR: situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR, obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	74.388	85.625
Capital base	15.000	15.000
Capital de risco (CR)	12.550	15.081
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.081
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	59.388	70.544

25 Ativos Excedentes à Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas e Liquidez em Relação ao CR

	31/12/2018	31/12/2017
Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas Excluindo Consórcio DPVAT (Controladora)	40.104	44.794
Ativos Disponíveis para Garantia		
CDB - Renda Fixa	62.887	67.426
LTN (Tesouro pré-fixado) e LFT - Renda Fixa	4.028	3.810
Ações	28.922	39.497
Total de Ativos	95.837	110.733
Ativos Excedentes	55.733	65.939

Ativos Líquidos de Renda Fixa

São todos os ativos de renda fixa aceitos pelo Conselho Monetário, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% do capital de risco (CR) obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Líquidos de Renda Fixa	42.834	45.029
Liquidez em relação ao CR - 20% (CR)	2.510	3.016

26 Desenvolvimento de Sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo apresentar as estimativas dos sinistros incorridos que vão sendo gerenciadas mediante o risco do seguro inerente à operação da seguradora, comparando com os sinistros pagos e o montante de sinistros a liquidar na data das demonstrações financeiras. A provisão, em sua maioria em "run-off", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguros direto e de cosseguro aceito, ambos brutos e líquidos de resseguro. Não estão incluídas as operações do Consórcio DPVAT, PDR, Retrocessões e Uruguai.

a) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVO

TRIÂNGULO DE VALORES R\$

BRUTO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS

NO ANO DO AVISO

UM ANO APÓS O AVISO

DOIS ANOS APÓS O AVISO

TRÊS ANOS APÓS O AVISO

QUATRO ANOS APÓS O AVISO

CINCO ANOS APÓS O AVISO

SEIS ANOS APÓS O AVISO

SETE ANOS APÓS O AVISO

OITO ANOS APÓS O AVISO

NOVE ANOS APÓS O AVISO

DEZ ANOS APÓS O AVISO

ONZE ANOS APÓS O AVISO

ESTIMATIVAS NA DATA-BASE

PAGAMENTOS EFETUADOS

PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR

TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR

b) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAL

TRIÂNGULO DE VALORES R\$

BRUTO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS

NO ANO DO AVISO

UM ANO APÓS O AVISO

DOIS ANOS APÓS O AVISO

TRÊS ANOS APÓS O AVISO

QUATRO ANOS APÓS O AVISO

CINCO ANOS APÓS O AVISO

SEIS ANOS APÓS O AVISO

SETE ANOS APÓS O AVISO

OITO ANOS APÓS O AVISO

NOVE ANOS APÓS O AVISO

DEZ ANOS APÓS O AVISO

ONZE ANOS APÓS O AVISO

ESTIMATIVAS NA DATA-BASE

PAGAMENTOS EFETUADOS

PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR

TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR

RESUMO a e b

PSL ADMINISTRATIVO

PSL JUDICIAL

PSL CONSÓRCIO DPVAT

PSL Retrocessões

PSL Uruguai

TOTAL (Nota 20 b)

c) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVO

TRIÂNGULO DE VALORES R\$

LÍQUIDO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS

NO ANO DO AVISO

UM ANO APÓS O AVISO

DOIS ANOS APÓS O AVISO

TRÊS ANOS APÓS O AVISO

QUATRO ANOS APÓS O AVISO

CINCO ANOS APÓS O AVISO

SEIS ANOS APÓS O AVISO

SETE ANOS APÓS O AVISO

OITO ANOS APÓS O AVISO

NOVE ANOS APÓS O AVISO

DEZ ANOS APÓS O AVISO

ONZE ANOS APÓS O AVISO

ESTIMATIVAS NA DATA-BASE

PAGAMENTOS EFETUADOS

PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR

TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR

d) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAL

TRIÂNGULO DE VALORES R\$

LÍQUIDO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS

NO ANO DO AVISO

UM ANO APÓS O AVISO

DOIS ANOS APÓS O AVISO

TRÊS ANOS APÓS O AVISO

QUATRO ANOS APÓS O AVISO

CINCO ANOS APÓS O AVISO

SEIS ANOS APÓS O AVISO

SETE ANOS APÓS O AVISO

OITO ANOS APÓS O AVISO

NOVE ANOS APÓS O AVISO

DEZ ANOS APÓS O AVISO

ONZE ANOS APÓS O AVISO

ESTIMATIVAS NA DATA-BASE

PAGAMENTOS EFETUADOS

PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR

TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR

27 Outras informações

Normas e Interpretações ainda não adotadas pela Companhia e não referendadas pela SUSEP:

• IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) – A SUSEP prevê sua adoção em conjunto com o IFRS17 – Contratos de Seguros a partir de 01 de janeiro de 2021.

• IFRS 16 – Leasing (CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil) – Vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.

• IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro – Vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da CSLL prevista na Lei 13.169/15 será reduzida de 20% para 15%.

A aplicação em ações da Companhia Vale do Rio Doce representa 2% do patrimônio líquido em 31 de janeiro de 2019, considerando os reflexos das oscilações de mercado.

Continua >>>



>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido, todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018, e ainda com base nos documentos analisados, nos esclarecimentos prestados pelo representante da Administração e considerando, ainda, os esclarecimentos complementares prestados pelos auditores externos - AUDICONT Auditores e Consultores - e respectivo relatório emitido sem ressalvas em 11.02.2019, opinando os seus membros, que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados a Assembleia Geral Ordinária, para deliberação.

Salvador, 20 de fevereiro de 2019.

Raimundo Santos Silva - Presidente

Marcelo da Silva Pinho - Membro Efetivo

Sonia Lucia Nogueira da Silva - Membro Efetivo

Aldo José Ferreira Brandão - Membro Efetivo

Elias de Matos Brito - Membro Efetivo



Destinatário

Escopo de Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuario independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia de Seguros Aliança da Bahia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Aos Acionistas e Administradores da COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA Salvador - Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Resultado operacional e patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3c e 21, a Companhia apresentou resultado operacional negativo, em decorrência do baixo nível das operações atualmente desenvolvidas. O lucro líquido do exercício advém, principalmente, das receitas de aplicações financeiras e do resultado da equivalência patrimonial sobre investimentos em controlada e coligadas, substancialmente da coligada Brasicap Capitalização S.A..

Devido às incertezas envolvidas na retomada do nível das operações de seguros e na relevância do impacto do resultado da equivalência patrimonial no lucro líquido do exercício, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a análise das demonstrações financeiras da controlada e das coligadas, o recálculo do valor do investimento e do resultado da equivalência patrimonial e a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os registros e divulgações efetuados pela Companhia são consistentes.

• Provisões para passivos contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3f e 11, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, cuja provisão registrada nas demonstrações financeiras consolidadas monta a R\$ 71.035 mil e R\$ 348 mil, respectivamente. Ademais, consoante mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia possui depósitos judiciais referentes aos processos de natureza fiscal no montante de R\$ 70.371 mil. Normalmente, os referidos processos são encerrados após longo lapso temporal e envolvem não só discussões de mérito, mas também aspectos processuais, em observância à legislação vigente.

Essas provisões foram objeto de nossa auditoria, pois os processos acima mencionados, em regra, envolvem discussões relevantes de mérito e aspectos processuais complexos, além de demandarem o julgamento da administração quanto às respectivas chances de êxito.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento quanto ao modelo de cálculo adotado, que considera o histórico de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por assessores jurídicos.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de assessoria jurídica que patrocinam os processos judiciais para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor estimado das provisões. Em relação às causas

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuario, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuario considera que os controles internos da Companhia de Seguros Aliança da Bahia são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Base de Dados

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro

parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, análise da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2019

Cláudio Silva Duarte da Paz - MIBA nº 761

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

significativas, que foram selecionadas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda.

Consideramos que as provisões e divulgações efetuadas pela Companhia são consistentes com as informações fornecidas pelos assessores jurídicos.

• Provisões técnicas de seguros

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3f e 20, a Companhia possui registrado no passivo Provisões Técnicas relacionadas a contratos de seguros, no valor de R\$ 203.768 mil. Consoante mencionado na nota explicativa nº 15, a Companhia possui ativos redutores no valor de R\$ 163.374 mil, para fins de cobertura das provisões, sendo a necessidade de garantias de R\$ 40.394 mil suportada por bens garantidores no valor de R\$ 43.536 mil. Face às incertezas e subjetividade inerentes aos contratos de seguros, o teste de adequação de passivo e o processo de determinação e mensuração das provisões técnicas envolvem alto grau de julgamento. A Companhia continuamente avalia as premissas e metodologias adotadas, tais como: expectativa de sinistralidade, mortalidade, longevidade, desenvolvimento histórico de sinistro, entre outras. Adicionalmente, essas premissas e metodologias foram examinadas por auditores atuariais independentes.

Devido à relevância e incerteza envolvidas nesse tema, além do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam ocasionar no valor das Provisões Técnicas, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação das metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas e no teste de adequação do passivo; avaliação das metodologias que vem sendo consistentemente aplicadas nos últimos exercícios; avaliação da consistência dos dados e razoabilidade das premissas utilizadas; recálculo, em base de teste, das provisões técnicas considerando a metodologia, premissas e dados.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que as provisões e divulgações efetuadas pela Companhia são adequadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - DVA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e da sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Conselho de Administração

Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho (in memoriam) - Presidente

José Maria Souza Teixeira Costa - Vice-Presidente

Manoel Eduardo Pedreira Torres - Conselheiro

Diretoria

José Alfredo Cruz Guimarães

Diretor Presidente

Antônio Tavares da Câmara

Diretor de Relações com Investidores

Atuário - DRT - BA - I

Jaime Weber Leone

Contador - CRC - BA 4897-O-9

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e da sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e da sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho de auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais relevantes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório por conta das consequências adversas de tal comunicação, que podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador - BA, 11 de fevereiro de 2019.



AUDICONT AUDITORES E CONSULTORES
CRC-BA - 0568
ADEILDO OSÓRIO DE OLIVEIRA
CRC-BA - 7.710